

MPDFT CIDADÃO UM PROJETO VITORIOSO

A expressão Ministério Público Cidadão, utilizada em junho de 2000 para exprimir o principal objetivo da atual administração do MPDFT, que então se iniciava, tornou-se uma realidade que, hoje, simboliza a expansão alcançada pela Instituição, no cumprimento de suas atribuições constitucionais em defesa da população do Distrito Federal.



Procurador-Geral, Eduardo Albuquerque, em audiência com o Presidente da Câmara dos Deputados, Aécio Neves

Decorridos dezoito meses do anúncio daquele propósito, o MPDFT colhe resultados altamente positivos, seja no âmbito da sua estrutura organizacional seja em relação ao seu desempenho na prestação de serviços à sociedade.

Determinada a alcançar aquela meta, a administração do MPDFT iniciou, já no segundo semestre de 2000, um trabalho destinado a estreitar o relacionamento institucional não apenas na esfera do Ministério Público e do Judiciário brasileiros, como, sobretudo, com os Poderes Legislativo e Executivo. Impunha-se demonstrar a parlamentares e a setores técnicos e de decisão da área do orçamento federal, por exemplo, a atuação, os projetos de expansão e as necessidades do MPDFT.

Eram evidentes as carências de ordem estrutural e das condições de trabalho, tanto de instalações e informática quanto aos recursos humanos, por insuficiência de membros e servidores. Essa era uma situação que demandava planejamento de médio e longo prazos, mas que também exigia ações imediatas e objetivas.

A primeira conquista do MPDFT foi conseguir a antecipação, para 2001, do

projeto da nova sede da Promotoria da Infância e Juventude, prevista no PPA para ter início em 2003. Tal decisão, fruto do trabalho de convencimento junto ao Ministério do Planejamento e ao Congresso Nacional, permitiu que representantes do Distrito Federal na Câmara dos Deputados e no Senado Federal apresentassem emendas ao projeto de Orçamento para o ano de 2001, consignando recursos necessários à efetivação das etapas iniciais da referida obra. Tratava-se, portanto, de iniciativa inédita, pois pela primeira vez o orçamento do MPDFT iria receber aportes adicionais de recursos, ao contrário de anos anteriores, em que se verificaram cortes em diversos programas de investimentos e até mesmo em ações de custeio. Os acréscimos no Orçamento de 2001,

obtidos pelas emendas dos parlamentares do DF, beneficiaram outras áreas importantes como Informática, Manutenção de Serviços Administrativos, Manutenção e Conservação de Bens Imóveis e Capacitação de Recursos Humanos. No total, um incremento de R\$ 3,32 milhões, que tornaram possível a aquisição de novos equipamentos de informática e a cobertura de despesas decorrentes das novas instalações das Promotorias do Gama e de Planaltina, inauguradas em dezembro de 2001.

O MPDFT também atuou intensamente junto às lideranças do Governo e dos partidos políticos no Congresso Nacional, com o propósito de aprovar o projeto, afinal transfor-

mado na Lei nº 10.293, de 28 de setembro de 2001, dispondo sobre a criação de dois cargos de Procurador de Justiça, 113 cargos de Promotor de Justiça e 63 cargos de Promotor de Justiça Adjunto. Em cumprimento à referida lei, já se encontra em pleno andamento o processo de concurso público para o ingresso na carreira do MPDFT, além de se efetivarem as devidas promoções aos cargos de Procurador de Justiça e de Promotor de Justiça.

Outro resultado significativo são os valores aprovados para o orçamento de 2002. A bancada do Distrito Federal, por decisão unânime, apresentou emenda coletiva, garantindo recursos—R\$ 2,64 milhões— para a conclusão, neste ano, da nova sede da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude. Foram igualmente oferecidas emendas individuais por senadores e deputados, iniciativas que acrescentaram mais R\$ 2,05 milhões ao orçamento do MPDFT, beneficiando vários programas de custeio e de investimento, inclusive, para o início das obras da sede do Gama.

No final de dezembro de 2001, começou a viabilizar-se o atendimento de uma grande e antiga necessidade do MPDFT, com o encaminhamento ao Poder Legislativo, pelo MPU, do projeto de lei (Nº 6.027/01) que estabelece a criação de 340 cargos de Analista, de nível superior, e de 254 cargos de Técnico, de nível médio, além de funções comissionadas.

Reveste-se, portanto, de total êxito o projeto Ministério Público Cidadão, não apenas pelo elevado con-

ceito de nossa Instituição perante as autoridades dos poderes Executivo e Legislativo, como, principalmente, pelos notáveis resultados obtidos em 2001. Esse é um trabalho que certamente terá continuidade para consolidar o prestígio e o amplo reconhecimento de que atualmente o MPDFT desfruta no contexto institucional.



Em encontro com o Presidente da República, o Diretor-Geral, Eduardo Sabo, tece considerações sobre o MPDFT

DESTAQUE

ÊXITO DA JUSTIÇA TERAPÊUTICA ESTIMULA NOVAS PARCERIAS



A Promotora de Justiça Maria Elda Borges (direita) falou sobre a experiência do MPDFT com o Programa de Justiça Terapêutica, durante o I Fórum Antidrogas do DF, realizado em dezembro de 2001. Ao centro, Eunice Amorim, Perita Criminal do MPDFT (especialista na área de toxicologia) e Marco Antônio da Silva Lemos, Juiz Titular da 2ª Vara de Entorpecentes e Contravenções Penais

“Estou conseguindo reconstruir minha vida”. Esta foi a resposta imediata de K.L.M., 20 anos, ao falar sobre o Programa de Justiça Terapêutica do MPDFT. Ela é uma das pessoas que participam do grupo de mútua ajuda do Departamento de Psicologia Social e Comunitária da Universidade Católica de Brasília, que atua em parceria com o MPDFT.

Após seis meses de instalação, o Programa de Justiça Terapêutica registra resultados positivos e animadores. Desde agosto, quando foi encaminhado para tratamento o primeiro denunciado por crime de porte de droga para uso próprio, uma centena de pessoas participam de grupos de mútua ajuda e estão sendo assistidas. “A adesão ao programa tem sido satisfatória, contando com a participação das famí-

lias dos denunciados. Como muitas vezes trabalhamos com famílias carentes, estamos envidando esforços para firmar convênios e obter vales-transporte. É importante que os dependentes não deixem de comparecer ao tratamento”, informou a Promotora de Justiça Laura Beatriz Rito.

Os encontros representam, para os jovens que estão sendo assistidos, um tempo reservado para a reflexão. “A gente fala sobre a vida, nossas alegrias, angústias, família, trabalho e até sobre as drogas. Discutimos como nos relacionamos com tudo isso. Cheguei aqui muito fragilizada, com a autoestima baixa. Depois de um tempo participando dos encontros, comecei a haver uma transformação interna que está me preparando para enfrentar a vida de forma diferente”, conta K.L.M.

De acordo com Maristela Muniz Gusmão, psicóloga que acompanha o grupo, a Justiça Terapêutica está oferecendo a esses jovens uma oportunidade de reestruturar suas vidas. “Estamos alcançando excelentes resultados com os grupos de mútua ajuda, que não apresentam quase nenhuma desistência por parte de seus integrantes. Estimulamos o grupo a refletir sobre a vida, como se relacionam com ela e o que desejam para si”, explicou Maristela.

O Programa de Justiça Terapêutica do MPDFT entra agora em sua segunda fase, buscando parcerias com entes públicos, privados e não governamentais voltados à qualificação profissional e ao aprimoramento educacional, como forma de assegurar uma efetiva reinserção social daqueles que respondem a processo por delito previsto no art. 16 da Lei Antitóxico. “Paralelamente, convênios serão firmados com outras Universidades, e um cadastro de colaboradores, com base na Lei do Voluntariado, começará a ser elaborado”, acrescentou a Promotora de Justiça Maria Elda Borges. “Vale lembrar que usuários de droga vêm sendo encaminhados para tratamento desde fevereiro de 2001, quando então somente o Núcleo Psicossocial Forense do Tribunal de Justiça (NUPS) os recebia. Atualmente o NUPS conta com 361 atendimentos”, concluiu a Promotora de Justiça Maria Elda.

Boletim do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios é uma publicação mensal editada pela Assessoria de Comunicação Social do MPDFT - Eixo Monumental - Praça do Buriti- lote 2 - Edifício Sede - Brasília - DF - CEP: 70.091-900. Telefones: (61) 343-9604/343-9601 / 343-9690. Fax.: (61) 343-9754 - <http://www.mpdft.gov.br>.

Procurador-Geral de Justiça: Eduardo Albuquerque
Vice-Procuradora-Geral de Justiça: Nídia Corrêa Lima
Corregedor-Geral: Amarílio Tadeu Friesz de Almeida
Chefe de Gabinete: Trajano Sousa de Melo
Diretor-Geral: José Eduardo Sabo Paes

Redação, Diagramação e Fotografia:
 Assessoria de Comunicação Social e Assessoria Parlamentar
Revisão: Filemon Félix
Tiragem: 2500 exemplares
Impressão: CidadeGráfica e Editora Ltda.



departamento
de orçamento
e finanças

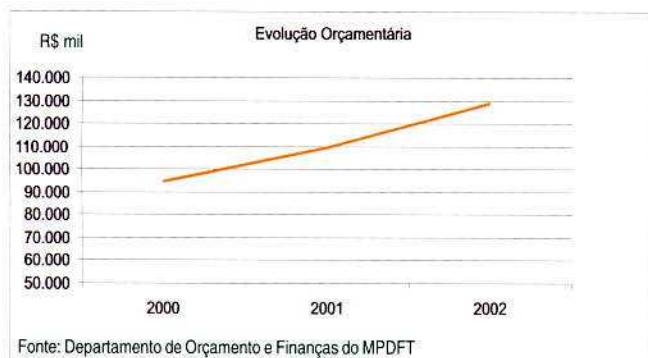
O orçamento do MPDFT para 2001, nos termos da Lei nº 10.171, que aprovou o Orçamento Geral da União, conteve significativos acréscimos de recursos, da ordem de R\$3.320.000,00, em decorrência das emendas de parlamentares apresentadas durante a tramitação da matéria na Comissão de Orçamento do Congresso Nacional, beneficiando os seguintes programas: R\$ 420.000,00, para construção da Promotoria da Defesa da Infância e da Juventude; R\$ 600.000,00, para Manutenção dos Serviços Administrativos; R\$ 600.000,00, para Manutenção e Conservação de Bens Imóveis; R\$

1.100.000,00, para Ações de Informática; R \$ 400.000,00, para Capacitação de Recursos Humanos; e R\$ 200.000,00, para Assistência Médica e Odontológica a Servidores. As referidas emendas significaram um aumento aproximado de 29% sobre a proposta original encaminhada pelo Executivo ao Legislativo.

Importante ressaltar que o MPDFT vem se destacando no cumprimento da sua execução orçamentária. De fato, em 2001, a realização das despesas alcançou a quase totalidade do orçamento - 99,84% - repetindo o êxito do ano anterior, quando o

orçamento executado chegou a 99,68%. Uma das razões que assegurou a eficiência da execução do orçamento do MPDFT foi a Reformulação do Plano Interno, que possibilitou aproveitamento mais efetivo dos recur-

sos, mediante remanejamentos internos e créditos adicionais, transferindo-se dotações de determinadas ações para outras consideradas prioritárias pela Administração. Trata-se da aplicação de um eficiente trabalho de gerenciamento, acompanhamento e ajuste da programação orçamentária. A aprovação, no Plano Plurianual de Investimentos da União (PPA) - denominado Avança Brasil - dos projetos referentes à construção das sedes das Promotorias de Justiça do Gama, Planaltina, Brazlândia, Paranoá e Sobradinho, além da 2ª Etapa do Edifício-Sede do Plano Piloto, abriu a possibilidade de inclusão de tais obras nas previsões orçamentárias até o ano de 2003. Já no projeto original de orçamento para este ano, o MPDFT conseguiu incluir as ações relativas à obra do Gama, que receberam recursos adicionais mediante emendas de parlamentares do DF. Para Planaltina, foi mantida a previsão constante do projeto da Lei do Orçamento, segundo a qual já poderão ser elaborados os projetos da obra.



plano de saúde
e assistência
social

Desde o final de 2001, com a implantação do Programa Plan-Assiste ao seu Lado, os servidores do MPDFT que atuam nas cidades do DF já podem receber, no próprio local de trabalho, Guias de Encaminhamento referentes a procedimentos médicos e odontológicos que independem da realização de perícia. O Plan-Assiste habilitou servidores das Promotorias de Justiça a emitirem as guias, proporcionando maior agilidade e comodidade no atendimento aos beneficiários das satélites e da Promotoria da Infância e Juventude.

Com a edição da Portaria PGR nº 447, de 17 de dezembro de 2001, que

aprovou o novo Regulamento Geral do Plan-Assiste, foram introduzidas modificações no sistema de cobertura, muitas delas apresentadas pelo Conselho Consultivo do Plan-Assiste do MPDFT, destacando-se: assistência psicológica prestada por profissional não integrante do quadro de pessoal do Ministério Público, com custeio integral pelo titular, observando-se tabela de preços de convênio; possibilidade de emissão de guias para tratamento fisioterápico urgente, com apresentação posterior de relatório médico; cobertura regular do tratamento cirúrgico da obesidade mórbida; cobertura de cirurgias oftalmológicas refrativas (para correção de miopia,

astigmatismo e hipermetropia); inclusão da técnica fisioterápica Reeducação Postural Global (RPG) entre os procedimentos cobertos; inexistência da declaração do imposto de renda para comprovação de dependência econômica de pais e de filhos estudantes com idades entre 21 e 24 anos. A comprovação ocorrerá por outros meios eficientes, mas que respeitem o sigilo fiscal dos usuários; reconhecimento da matrícula em escola técnica de 2º Grau na comprovação de escolaridade de filhos com idades entre 21 e 24 anos, para fins de dependência econômica, e reconhecimento do padrasto ou da madrasta como dependentes.



Equipamentos adquiridos em 2002

- 73 impressoras
- 148 micros
- 25 leitoras óticas
- 5 servidores de rede
- 42 notebooks
- 18 scanners

O Departamento de Modernização Administrativa, de acordo com os recursos previstos no orçamento de 2002, cumprirá a meta de disponibilizar *notebooks* para os membros do MPDFT.

Em 2001, um outro objetivo fora alcançado: a expansão da rede de computado-

res, mediante a aquisição de 148 micros, 73 impressoras, 18 *scanners*, além de outros equipamentos, estabelecendo-se a média de dois micros para cada grupo de três servidores do MPDFT.

Com isso, a Divisão de Produção e Suporte (DPS) implementou o crescimento das redes das cidades satélites e estabeleceu conexão com a Polícia Federal para acesso ao Instituto Nacional de Identificação por todas as unidades do MPDFT. Para complementar o trabalho, realizou-se *upgrade* da conexão MPDFT, melhorando a navegação nos *sites* de interesse da instituição.

A Divisão de Banco de Dados (DBD) implantou, durante o ano de 2001, o gerenciamento e a gestão de dados e informações corporativas, tais como: estatística, *backup*, replicação, auditoria, correção e

atualizações de dados.

A Divisão de Desenvolvimento de Sistemas (DDS) concluiu a fase de modelagem do "Novo Sispro", unificando os sistemas de Lotação, Representações, Atendimentos e Medidas Alternativas; desenvolveu e implantou o Sistema de Medidas Alternativas, bem como o Sistema de Atendimento da Assessoria de Engenharia; realizou, ainda, a adequação do sistema Estatística, possibilitando a sua atualização em tempo real.

A Divisão de Procedimentos e Métodos desenvolveu vários projetos, como a implantação do SISDOC, análises administrativas e estruturais, suporte ao planejamento, implantação e acompanhamento da Central de Penas Alternativas, Procidadã e parcerias em comissões, como por exemplo, a de Política Criminal.



O crescente prestígio que o MP vem conquistando junto às comunidades do DF tem motivado a que a população passe a solicitar, com maior frequência, a intervenção da Instituição, em reconhecimento ao trabalho dos Membros. Essa aproximação com a sociedade, que legitima o caráter do MP como um verdadeiro aliado na defesa dos direitos da cidadania, implica o aumento de demanda da atuação de seus Membros. A administração do MPDFT tem implementado ações objetivando acompanhar o crescimento de suas atividades, mantendo e melhorando a qualidade de seus serviços. Uma das providências adotadas inicialmente, como parte do planejamento de suporte, foi a busca de áreas onde poderão ser instaladas as sedes das promotorias localizadas nas cidades do DF. Durante 2001, por exemplo, o MP obteve a cessão para a utilização futura de terrenos públicos nas localidades de Santa Maria, Brazlândia, Samambaia, Paranoá, Ceilândia, Planaltina e Gama.

O orçamento para 2002 contempla recursos para a elaboração do projeto da nova sede da Promotoria de Planaltina e para

as primeiras etapas das obras de construção do prédio da Promotoria de Justiça do Gama. A Assessoria de Engenharia e Arquitetura vem agilizando a elaboração dos projetos técnicos e se prepara para realizar a licitação, prevendo-se para o segundo semestre o início das obras do Gama.

Com o reforço orçamentário de R\$ 2,64 milhões, fica garantida a conclusão, em 2002, da sede da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude. Encontram-se em execução as obras da estrutura do subsolo, e a concretagem da laje do térreo está prevista para o final de fevereiro.

Outra prioridade da Administração do MPDFT tem sido a realização de melhorias em sedes já instaladas, promovendo alterações no *layout* interno, ampliação de áreas e aquisição de equipamentos e móveis mais adequados. O resultado é o melhor aproveitamento do espaço de trabalho, de que são exemplos as mudanças das Promotorias Especiais Criminais de Brasília, Planaltina e Sobradinho, e nas instalações da Promotoria Especial Criminal do Guará e da Central de Processos da Promotoria de Justiça de

Defesa da Infância e da Juventude, implantadas no segundo semestre de 2001.

Preocupado com a questão da segurança de todos os que ocupam o Edifício-Sede, o MPDFT elaborou, como medida de prevenção em situações de emergência, o Plano de Desocupação Rápida e Segura, colocado em prática a partir de outubro de 2001. Na primeira simulação, a Brigada de Incêndio do MPDFT, constituída por Servidores, com o apoio do Corpo de Bombeiros do DF, conseguiu realizar a operação em tempo e de forma adequada, quando 475 pessoas deixaram o edifício em 16 minutos. Na segunda etapa, realizada sem a prévia divulgação do dia e do horário programados, 514 pessoas foram retiradas do prédio em apenas 10 minutos. A equipe do Corpo de Bombeiros que acompanhou o treinamento considerou satisfatórios os resultados das simulações.

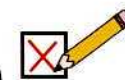
Em 2002, o MPDFT continuará o trabalho de orientação e conscientização para corrigir os problemas verificados durante os exercícios.



Durante o ano de 2001, ocorreram mudanças significativas no modo de gestão do Departamento de Recursos Humanos, que buscou intensificar o diálogo com os servidores e implementar forma mais participativa e coordenada do Departamento. Com o incremento dos recursos orçamentários destinados ao MPDFT, a Administração decidiu dar maior ênfase à realização de cursos de especialização a Membros e Servidores da Instituição. Destaca-se também o investimento realizado no desenvolvimento gerencial do MPDFT, com o treinamento de todas as chefias até o nível de Chefes de Seção, visando aprimorar a avaliação funcional dos servidores.

Segundo os princípios de administração compartilhada, realizou-se o 1º Encontro de atualização administrativa, com a presença dos supervisores das Promotorias-Chefes. A participação nas reuniões semanais da Direção-Geral e as visitas técnicas do DRH e demais departamentos a todos os locais de atuação do MPDFT foram iniciativas que possibilitaram maior integração e adoção de procedimentos e informações úteis à vida institucional.

OUTROS DESTAQUES:



REGULAMENTADA A SUBSTITUIÇÃO DE FC

Mediante Portaria do Procurador-Geral de Justiça, está regulamentado o pagamento nos casos de substituição aos titulares de Funções de Confiança, inclusive por período inferior a 30 dias.



DISTINÇÃO HONROSA AOS SERVIDORES

Pela primeira vez, tornou-se público o reconhecimento do trabalho dos servidores do MPDFT. Foi instituída a Distinção Honrosa por Mérito, por Antigüidade e por Aposentadoria, homenageando-se, em 2001, 128 servidores ativos e aposentados (íntegra da matéria na página 2).



QUALIDADE DE VIDA

Desde outubro de 2001, funciona o Projeto-Piloto de Qualidade de Vida, desenvolvido com os servidores das unidades localizadas no Edifício Ibama. O projeto tem por objetivo aumentar o nível de qualidade no relacionamento funcional e interpessoal na estrutura do MPDFT, seguindo a moderna concepção de relações humanas no ambiente de trabalho.



ESTÁGIO

No final de 2001 estavam registrados no MPDFT 79 estagiários de nível médio e 138 de nível superior, um crescimento de 37% em relação ao ano anterior. O programa de Estágio foi reformulado, sobretudo quanto aos critérios de seleção dos interessados. Os estudantes de níveis médio e superior são submetidos a provas escritas coordenadas pelo DRH.



DRH NO EDIFÍCIO-SEDE

O Departamento de Recursos Humanos instalou secretaria no Edifício-Sede, onde se concentram mais de dois terços da efetiva força de trabalho desta Casa, o que possibilita aproximar o atendimento da demanda de Membros e Servidores.



HORAS EXTRAS

Atendendo aos termos da Lei nº 8.112/90 e a portaria do STF, o MPDFT regulamentou o pagamento de horas extras aos seus servidores nos casos de absoluto interesse do serviço.

DRH / EDIFÍCIO-SEDE:

Divisão de Desenvolvimento de RH - Área de Estágio Supervisionado de Estudantes: Sala 311-Servidoras: Luanda, Edna e Estagiária Gleis / Fone: 343 9783

Divisão de Desenvolvimento de RH - Área de Treinamento, Concurso de servidores, Estágio Probatório, Avaliação de Desempenho e Promoção Funcional: Sala 611 - Servidoras: Waldelice, Rosana, Rose, Odeize e Raimunda - Fones: 343 9674, 343 9980 e 343 9997 - FAX: 341 1329

Secretaria do DRH (representação do Gabinete situado no Ed. IBAMA e atendimento de aposentados e pensionistas): Ante-sala 311 Servidora: Daniley - Fone: 343 9963



ENERGIA: MPDFT ATINGE META

Para atender às exigências de restrição de consumo de energia elétrica, o MPDFT instituiu, em maio de 2001, Comissão Técnica específica para propor e executar medidas de ajuste, visando adequar o consumo às quotas de energia estabelecidas. Dentre as decisões, destaca-se a campanha de conscientização e esclarecimento, que obteve o engajamento e a participação de todos os usuários, inclusive, encaminhando dúvidas e sugestões.

Os dados fornecidos pela CEB atestam que foram devidamente cumpridas as metas de consumo fixadas para o MPDFT, tanto no Edifício-Sede como nas demais unidades. No Edifício-Sede, a economia oscilou entre 38% e 42%, exceto no mês de dezembro, quando a economia chegou a 30%.

AS NOVAS INSTALAÇÕES NO GAMA E EM PLANALTINA

O MPDFT inaugurou, em dezembro de 2001, as novas instalações das Promotorias de Justiça do Gama e de Planaltina. Foram dois dias de comemorações, agradecimentos e de reconhecimento pelo objetivo da Instituição em oferecer melhor suporte na estrutura de trabalho dos Membros, Servidores e de atendimento aos cidadãos que recorrem ao MPDFT.

GAMA

Promotores de Justiça, Servidores e Estagiários que atuam na cidade do Gama, e a população local, contam com melhores condições de trabalho e atendimento desde a ampliação do espaço físico da Promotoria no novo prédio do Fórum daquela cidade. Além de espaço mais amplo e adequado, as novas instalações do Gama garantem a necessária privacidade no atendimento ao cidadão durante as audiências.

Os Promotores de Justiça trabalham, agora, em gabinetes individuais, e os servidores, que antes dividiam um único espaço, passaram a trabalhar em salas apropriadas e com divisórias, dispondo de rede de informática e sistema de telefonia.

Essa nova estrutura irá atender às necessidades da Promotoria até que se viabilize a construção da futura sede no Gama em terreno já cedido ao MPDFT, que já dispõe de dotação orçamentária para a licitação e o início das obras em 2002.

No evento de inauguração, em dezembro de 2001, o Promotor-Chefe do Gama, Wanderley dos Santos, demonstrou sua satisfação, com as seguintes palavras: "agradeço ao Procurador-Geral de Justiça, Eduardo Albuquerque, e ao Diretor-Geral, Eduardo Sabo, que não pouparam esforços para viabilizar a instalação de nossa Promotoria no novo espaço. Quero ressaltar que estas novas instalações atendem às exigências de trabalho dos Promotores e Servidores da Promotoria do Gama. Dispondo de mais espaço físico, vai ser possível receber de forma mais adequada o público que se dirige à Promotoria em busca de Justiça."



Esquerda para direita: Promotor de Justiça, Andreilino Filho; Chefe de Gabinete da Corregedoria, Gaspar Viegas; Promotor-Chefe de Planaltina, Daniel de Faria; Promotores de Justiça João Menezes, Canito Coelho e Teresinha Pires; Presidente da Associação do MPDFT, Promotor de Justiça Leonardo Bandarra; Juíza da 1ª Vara Criminal do Gama, Soníria D'Assunção; Promotor de Justiça Valmir Santos; Diretor-Geral do MPDFT, Eduardo Sabo; Promotor-Chefe do Gama, Wanderley dos Santos; Promotora de Justiça Rita de Souza; Procurador-Geral de Justiça, Eduardo Albuquerque; Chefe de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça, Trajano de Melo; e o Promotor de Justiça, Max Guerra



Promotores de Justiça e Servidores comemoram a inauguração das instalações da Promotoria de Justiça do Gama

VEJA AS ANTIGAS INSTALAÇÕES DA PROMOTORIA DO GAMA E CONFIRA COMO FICOU DEPOIS DA REFORMA

ANTES



Balcão de atendimento

Bancos improvisados

Antigas condições de trabalho



DEPOIS

Gabinetes individuais para os Promotores de Justiça



Conforto para o cidadão



Novas secretarias e gabinetes

PLANALTINA

O novo espaço, cedido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios e reformado pelo MPDFT, possui 395m², sendo quatro vezes superior ao anteriormente ocupado pela Promotoria de Justiça. Com a ampliação das instalações, os Promotores passaram a trabalhar em gabinetes individuais, com evidente melhoria nas condições de atendimento.

O projeto de reforma também assegura privacidade e segurança aos Membros e Servidores, que passaram a dispor de secretarias e salas de apoio, indispensáveis na organização do trabalho, além de sala de espera com poltronas e cadeiras para o público.

Durante a inauguração, o Promotor-Chefe de Planaltina, Daniel Rodrigues, afirmou: "Temos comprovado o clima de entusiasmo e satisfação por parte dos Membros e Servidores, refletindo-se, diretamente, no trabalho realizado todos os dias". Essa nova realidade deverá persistir até a construção da sede própria da Promotoria, a se localizar em lote de 1.500m², com possibilidade de ampliação para mais de 2 mil m².



O Chefe da gabinete da Corregedoria-Geral, Gaspar Viegas; Promotor-Chefe de Planaltina, Daniel de Faria; Procurador-Geral de Justiça, Eduardo Albuquerque; Diretor-Geral, Eduardo Sabo; Chefe de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça, Trajano de Melo; Promotor de Justiça, José Brito Júnior; Corregedor-Geral, Amarílio Tadeu; Promotora de Justiça, Cláudia Valéria; Presidente da Associação do MPDFT, Leonardo Bandarra, e Promotor de Justiça, Andreilino Filho



Equipe da Promotoria de Justiça de Planaltina prestigia a solenidade de inauguração

VEJA O QUE MUDOU COM AS NOVAS INSTALAÇÕES DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PLANALTINA

ANTES



Falta de privacidade nas audiências entre Promotores de Justiça e público



Diferentes seções dividiam a mesma sala

DEPOIS



Secretarias de apoio para cada Promotoria de Justiça



Gabinete individual para Promotor de Justiça



Novo espaço também para os Servidores

MPDFT AGRADECE AOS SERVIDORES PELA DEDICAÇÃO

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios instituiu, em setembro de 2001, a Distinção Honrosa, com o objetivo de prestar justa homenagem aos servidores que se destacam pela dedicação, motivação, competência e zelo no desempenho de suas atribuições. Portanto, um reconhecimento à contribuição de cada um para a positivo desempenho da Instituição. A Distinção Honrosa é composta por três categorias: Homenagem ao Mérito do Servidor, Homenagem por Tempo de Serviço e Homenagem por Ocasão da Aposentadoria.

A primeira solenidade de entrega das condecorações foi realizada em novembro de 2001, no auditório do Edifício-Sede, quando foram homenageados 89 servidores por tempo de serviço, 28 por mérito e nove por aposentadoria. Presidido pelo Procurador-Geral de Justiça, Eduardo Albuquerque, o evento teve concorrida participação de membros e servidores, além de familiares e amigos que foram prestigiar os agraciados. A escolha dos que receberam a Homenagem por Mérito foi realizada mediante eleição interna, que mobilizou todos os servidores do MPDFT, em mobilização espontânea que atribuiu ampla legitimidade aos objetivos de distinguir os colegas com maior destaque durante o ano.

Para o presidente da Comissão Eleitoral, Edmilson Enedino das Chagas, foi muito significativo que o processo de escolha dos agraciados tenha transcorrido na mais perfeita ordem e harmonia. O servidor Gustavo Lordello, integrante do gabinete da Vice Procuradora-Geral, eleito no primeiro turno pela maioria absoluta dos votos de seus colegas, ressaltou que "esta homenagem representa forte estímulo a todos os servidores que trabalham na Instituição, principalmente porque o reconhecimento tem origem nos próprios colegas de trabalho, que acompanham diariamente o esforço e a dedicação nas funções desempenhadas".



Servidores homenageados pelo tempo de serviço prestado ao MPDFT. Em primeiro plano, da esquerda para a direita, os servidores Terezinha Eliana Gomes; Dnalva Félix Coelho; Humberto de Farias; Vandermilsen Fontenele; Lediva Gonçalves de Souza; Isnar de Oliveira e Leunice Aparecida da Silva Bueno



Servidores eleitos pelos colegas por dedicação, zelo, e competência no exercício de suas atribuições. Da esquerda para a direita, os servidores Júlio César Cantarino; Luciane Vieira Franco; Márcia Rocha Lôbo; Marly Barbosa Rodrigues; Paulo Roberto Ziegler; Onilson Nunes dos Santos; Salete Ferreira da Silva e Saulo da Silva Marinho



A homenagem por tempo de serviço aos servidores que integram o MPDFT há mais de dez anos. Da esquerda para a direita, os servidores Ilma Aparecida Ramos; Kelma de Souza Costa; Marcia Sandoval Simão; Roseane Magalhães Rocha; Rosana Marcia de Oliveira; Joziete Ferreira de Brito; Carmelita Santana de Sousa; Leunice Aparecida Bueno; Marília Domingues; Carmen Lúcia Veloso e Elaine Mary Barbosa